



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO N° _____, DE 2018
(Do Senhor POMPEO DE MATTOS)

Requer seja realizada audiência Pública alusiva ao Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil comemorado no dia 12 de Junho, sobre o tema: **“LEI DO APRENDIZ: Avanços e Percalços”**, destinado disseminar o debate sobre as relações da criança e do adolescente com o mundo do trabalho, levantar problemas e propostas de solução para temas relacionados à Aprendizagem Profissional”.

Senhores Parlamentares,

Requeiro a V. Ex.^a, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, que, ouvido o Plenário, se digne a adotar as providências necessárias à realização de Audiência Pública alusiva ao **DIA MUNDIAL DE COMBATE AO TRABALHO INFANTIL**, comemorado no dia 12 de Junho, sobre o tema: **“LEI DO APRENDIZ: Avanços e Percalços”**, destinada a disseminar o debate sobre as relações da criança e do adolescente com o mundo do trabalho, levantando problemas e propostas de solução para temas relacionados à aprendizagem profissional.

Para tanto, sugerimos a realização dessa audiência por essa Comissão de Legislação Participativa (CLP), com data de realização a ser definida, contemplando duas mesas, na estrutura que se segue:



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

MESA 1

Tema: “Aprendizagem Profissional: Educação e Trabalho”.

Público-Alvo: Mantenedores, Entidades Qualificadoras (ONGs e Escolas Técnicas), RH das empresas com Programa de Aprendizagem, Frentes Parlamentares, Jovens Aprendizes, Ministérios e Parlamentares.

Palestrantes/Mediadores:

MINISTRA do TST ; Dra. Kátia Arruda. Procuradora do MPT, Dra. Mariane Josviasck; CONCILIADORADA JUSTIÇA FEDERAL, MAFRA MERIS. Procuradora Mariane Josvask MPT; Auditor SEFAZ-SE Rudimar Braz de Melo; Juíza do Trabalho Dra. Erotilde Minharro, Desembargador RICARDO TADEU - Autor da Lei da Aprendizagem, Presidente da ABRH- NE, Ana Athaide; José Alvaro F Gomes (presidente do Forum Nacional de Secretarias Estaduais do Trabalho- Fonset; Antônio Idilvan de Lima Alencar (presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação -CONSED); JOSBERTINI VIRGINIO CLEMENTINO – CE (Presidente do FONSEAS – Fórum Nacional de Secretários(as) de Estado da Assistência Social; PRESIDENTES DAS FRENTESS PARLAMENTARES EM APOIO AO PROTAGONISMO INFANTOJUVENIL DOS ESTADOS DO NORDESTE.

MESA 2 - LEI DA APRENDIZAGEM X INSERÇÃO PROFISSIONAL

Tema: “Entraves, percalços e resultados da Lei da Aprendizagem”.

Público- Alvo: Mantenedores, Entidades Qualificadoras, RH das empresas com Programa de Aprendizagem, Frentes Parlamentares e Parlamentares.

Palestrantes: Gustavo Leal, Diretor de Operações do SENAI); João Paulo Feitosa Santana (Coord. Geral de Preparação e Intermediação de Mão-de-obra Juvenil do Ministério do Trabalho); Secretaria de Inspeção do Trabalho –MTE- Maria Teresa Pacheco Jensen; Diretor do Departamento de Fiscalização do Trabalho (DEFIT) - Leonardo José Arantes; José Francisco Soares- Presidente da Câmara de Educação Básica (CNE), Francisco de Assis Costa Filho - Secretário Nacional de Juventude-SNJ, Thiago Menezes Siqueira, Gerente de Projetos-SNJ; Conciliadora da Justiça Federal Mafra Merys;), Sandro Augusto (presidente da ABAMET), Paulo Mól (Superintendente Executivo- IEL), Robson



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

Braga de Andrade (presidente da Confederação Nacional da Indústria -CNI), FENASERHTT (Federação Nacional dos Sindicatos de Empresas de Recursos Humanos, Trabalho Temporário e Terceirizado), José Martins Da Costa Neto – Presidente da Associação Brasileira de Mantenedores do Ensino Técnico – ABMET- Frente Parlamentar do Ensino Técnico. Prof. Dra. Terezinha Chaves – CNPQ(pesquisadora)–UFC/CE e presidente da ACEMET, Valter Balazina vice-presidente da ANDEAJA- Associação Nacional das Empresas Amigas do Jovem Aprendiz. Larissa Manoela, Embaixadora dos direitos do Jovem Aprendiz (Clubes Unesco), Chanceler dos Clubes Unesco, Itamaraty, Dr. Gustavo. Presidente dos Clubes Unesco Prof Luis Otávio.

JUSTIFICATIVA

A sugestão em tela é atual e, certamente, relevante para a sociedade brasileira, pois trata de tema que tem como um dos principais objetivos garantir o acesso dos jovens de 14 a 24 anos, em situação de vulnerabilidade, às oportunidades de formação e inserção profissional nos termos da Legislação de Aprendizagem do Brasil, a exemplo do Programa Jovem Aprendiz.

Tendo em conta os últimos acontecimentos, das inúmeras ações administrativas encaminhadas pelo atual Governo, entendemos que o debate sobre O Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil e a Lei nº 10.097/2000, comumente conhecida como “lei da aprendizagem” deverá ser mais amplo, de forma a contemplar uma escuta mais sensível aos jovens do que aos gestores que neste momento cumprem funções e não possuem efetividade de longo prazo, ainda que seus impactos imediatos reverberem no futuro de nossos jovens.

Pelo exposto, justifica-se que esta Comissão promova um debate sobre as relações da criança e do adolescente com o mundo do trabalho, levantando problemas e propostas de solução para temas como aprendizagem profissional, sob a luz da Lei nº 10.097/2000, com a participação de políticos,



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

agentes públicos e sociedade civil que contribuam para o protagonismo infanto-juvenil.

Assim, parece inquestionável que esta Comissão, que por vez, pode ser considerada a porta de entrada da comunidade, promova um amplo debate a respeito do tema em comento, para que todas as dúvidas e aspirações da população alvejada encontrem o devido eco nesta Casa de Leis e estimulem propostas que fomentem a erradicação do trabalho infantil no Brasil e promovam o cumprimento da Lei 10.097/2000.

Sala das Comissões, em de maio de 2018.

POMPEO DE MATTOS,
(PDT/RS)